

PAISAGEM URBANA: UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO ACERCA DAS ÁREAS VERDES EM VOTUPORANGA-SP.

LARA GUIÇARDE MENDES
TAIANE BERTOLIN DELGOBO
JANAINA CUCATO

Resumo: Este estudo é um desdobramento das pesquisas conduzidas pelo GEPIAE (Grupo de Estudos e Pesquisa em Imersividade e Ambientes Expandidos), composto por estudantes do Instituto Federal de Votuporanga - IFSP-VTP e o Núcleo de pesquisa da UNIFEV - Centro Universitário de Votuporanga, ressoando ainda questões discutidas no artigo publicado pelas mesmas autoras no PLURIS (Congresso internacional de Planejamento Urbano, Regional, integrado e Sustentável). Questiona-se aqui a ineficácia do planejamento urbano no município quanto ao uso das áreas verdes degradadas localizadas nas margens de dois córregos situados no espaço intra urbano da cidade, onde tímidas intervenções, por vezes ali implantadas, ganham espessura na paisagem urbana. Referimo-nos aqui aos Córregos Boa Vista e Marinheirinho. Ampliamos as discussões neste trabalho, norteando novos objetivos, priorizando avaliar a contribuição do planejamento urbano visando à melhoria da paisagem sonora das áreas de preservação permanente e quais os respectivos impactos sonoros nessas áreas; analisar como as áreas de preservação permanente reagem quando expostas a ruídos e a poluição sonora; compreender como o corpo percebe e reconhece às áreas de preservação permanente, partindo dos estímulos sensoriais que ali estão inseridos. Para tal, metodologicamente, apoiamo-nos nos referenciais teóricos e fontes documentais (leitura da legislação municipal) selecionados para embasar as discussões aqui presentes, trabalhos de campo para aferição de ruídos, inventário fotográfico, cujos resultados são expostos em uma base gráfica e cartográfica as quais acompanham os textos produzidos. Os resultados alcançados foram obtidos através de uma análise que abrange critérios metodológicos empregados para obtê-los, através da coleta de dados sonoros, os quais comprovam nossa hipótese de como o entorno afeta negativamente os ruídos naturais existentes no interior das áreas verdes, naturalmente estabelecidas. Durante a coleta de dados, concluímos que todas as áreas analisadas sofrem estes impactos, o que tem modificado a apropriação dessas áreas verdes pelas espécies da fauna local e regional, reverberando também sobre a flora. Compreendemos que, apesar do planejamento municipal, enquanto instrumento legalizado, ter sido incisivo nas questões discutidas aqui, sua implementação, enquanto gestão, não espelha suas perspectivas legais. Adicionalmente, obtivemos uma análise dos ruídos presentes em ambas as áreas de pesquisa, onde a predominância corresponde aos sons gerados pela antropofonia, em especial em áreas com maior adensamento construtivo, adjacentes a vias arteriais, denominadas vias de grande fluxo de veículos. Enquanto áreas de proximidade rural e/ou contígua ao perímetro urbano consolidado destacam-se pela predominância de sons ligados a biofonia e geofonia. Fato que assegura a integridade sonora e ambiental que ali coexistem. Concluímos que, os resultados se baseiam em entender as coletas de análise, dando importância aos ambientes físico, biótico e sensorial, alinhados com as propostas do planejamento urbano municipal, defendendo uma perspectiva que valoriza as percepções já supracitadas. Em meio aos questionamentos aqui colocados, podemos considerar que após as análises obtidas através dos gráficos elencados, as paisagens obstruídas por sons provenientes da antropofonia geram uma dificuldade ao considerá-lo parte do espaço de estudo. No entanto é crucial a implementação de ações que levem em conta a paisagem sonora natural, garantindo que o planejamento urbano esteja em sintonia com o bem-estar da comunidade e a qualidade ambiental e sonora das áreas de preservação mencionadas anteriormente.

Palavras-chave: Votuporanga; córregos; planejamento; percepções sensoriais.

Referências:

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1980.

PEIXOTO, Nelson. **O olhar do estrangeiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHAFER, Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP 2011.

VOTUPORANGA, **PDP** - Plano Diretor Participativo de Votuporanga. Prefeitura Municipal de Votuporanga, 2021.

PERÍCIA CONTÁBIL EM UMA DISSOLUÇÃO SOCIETÁRIA EXTRAJUDICIAL VOLUNTÁRIA

MARCELA ZANETI
CIBELLE SILVA SOUZA
RODRIGO BERTOLOZZI

Resumo: A perícia contábil baseia-se em uma série de conjuntos de procedimentos técnicos e científicos com o intuito de obter avaliação de provas e levantamentos demonstrados em laudos e pareceres contábeis, no qual também é possível a evidenciação de fraudes ou irregularidades que possam ser identificadas perante a perícia. Diante de tal finalidade, o objetivo ressaltou e demonstrou o trabalho da Perícia Contábil em uma dissolução societária, de forma extrajudicial, para que as partes interessadas obtivessem a segurança e conhecimento da justa apuração de haveres diante de uma entidade. A metodologia que foi utilizada para a realização deste trabalho consiste em uma apresentação do Balanço de Determinação para o perito, que juntamente com a coleta de dados considerados necessários para verificação e análise, que resultaram em possíveis ajustes e definição da atual realidade da empresa e o direito de cada sócio perante ela. O trabalho que fora realizado pelo perito e assistentes apresentou divergências e correções que foram aplicadas nas contas contábeis da empresa, e realizaram a correta apuração de haveres perante a respectiva cota do capital social de cada sócio e seus direitos. Por fim, o presente trabalho ressaltou e demonstrou o trabalho e a importância da presença de um profissional especializado, mesmo que no caso em questão, as partes interessadas não obtiveram necessidade da dissolução de forma judicial.

Palavras-chave: Perícia extrajudicial; perito; dissolução societária.

142

Referências:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Normas brasileiras de contabilidade** - NBC pp 01 - perito contábil, Resolução - DOU 27/03/2020, Brasília. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_PP_01_AUD2.doc. Acesso em: 02 jul. 2024.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Prova pericial contábil: aspectos práticos & fundamentais**. 7. ed. rev.atual. Curitiba: Jurua, 2009.BRASIL.

MAGALHÃES, Antônio de Deus Farias. **Perícia contábil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Elisabete A. Ribas Secco. **Escritório de perícias**. 10 etapas para elaboração do balanço de determinação, 2022. Disponível em: <https://ribas-secco.com/10-etapas-para-elaboracao-do-balanco-de-determinacao/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

PLANETARIUM: UNINDO A ASTRONOMIA E ARQUITETURA PARA CRIAR EXPERIÊNCIAS IMERSIVAS

JÉSSICA TAINARA SABBADIN DE OLIVEIRA
ANDRE TERUYA EICHEMBERG

Resumo: Este projeto explora a integração entre astronomia e arquitetura para desenvolver espaços imersivos que oferecem experiências sensoriais e interativas únicas. A proposta visa criar ambientes que não apenas educam sobre o cosmos, mas também envolvem os visitantes em uma jornada sensorial, utilizando design inovador e tecnologias avançadas. O objetivo principal é criar um planetário imersivo que combine formas orgânicas e estruturas geodésicas compostas por diversos materiais. O espaço é pensado para proporcionar uma conexão profunda e envolvente, estimulando a aprendizagem sobre o universo. A metodologia da pesquisa envolve uma pesquisa bibliográfica aprofundada e a criação de zonas temáticas inspiradas em fenômenos astronômicos, como a formação do universo, planetas e galáxias. O design arquitetônico utiliza domos geodésicos e formas fluidas para simbolizar elementos celestes. O projeto integra tecnologias como realidade aumentada (AR), realidade virtual (VR) e projeções 360°, além de modificações de iluminação e acústica que simulam o ambiente espacial. Espera-se que o projeto resulte em um ambiente inovador, onde os visitantes se sintam completamente envolvidos. A diversidade das estruturas e a presença de vegetações diversificadas contribuem para um espaço harmonioso e dinâmico, enquanto as tecnologias enriquecem a experiência educacional. A fusão entre astronomia e arquitetura em ambientes imersivos tem o potencial de redefinir a maneira como as pessoas se conectam com o universo. Combinando design criativo, tecnologias de ponta e elementos naturais, o projeto busca oferecer uma experiência que vai além do aprendizado, permitindo uma exploração profunda do cosmos e de nossa relação com ele. Conclui-se que o agenciamento entre a arquitetura e a tecnologia possibilita que o público tenha uma compreensão maior do conhecimento, uma vez que explora a diversidade de percepções e aprendizados de cada um.

143

Palavras-chave: arquitetura imersiva; astronomia; estruturas geodésicas; experiência sensorial.

Referências:

BARBOSA, M. A.; COSTA, E. F. Ambientes imersivos e educativos: o uso de tecnologias sensoriais em projetos de arquitetura no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, 16. ed. v. 16, n. 4, p. 223-238, 2021.

BORGES, R. S.; MOTA, M. B. Aplicações de realidade aumentada e virtual na educação brasileira: um panorama atual. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 41, p. 132-148, 2020.

NARDI, R.; SOUZA, C. M. de. Astronomia e educação: explorando o universo em espaços não-formais de aprendizagem. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 31, n. 1, p. 53-74, 2014.

OLIVEIRA, A. P. Planetários e centros de ciências: a educação astronômica no Brasil. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 10, n. 2, p. 102-120, 2017.

PLANTA POPULAR UMA POLÍTICA DE ESTADO: AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DOS 20 ANOS NO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA, SÃO PAULO, BRASIL

LUCAS CORDEIRO DE AQUINO
TEREZINHA DE OLIVEIRA GONZAGA

Resumo: A situação precária das edificações vem sendo uma preocupação constante da academia e pesquisas atuais, que verificam que a maior causa é a falta de políticas públicas de habitação. E que entre as várias ações se dê importância ao projeto arquitetônico e complementares, que garanta a assistência e assessoria técnica construtiva, principalmente nos casos de autoconstrução. A autoconstrução é a tônica das construções sem projeto e sem assistência técnica, além das dificuldades em adquirir material de construção. O estudo desta iniciação científica objetiva dar visibilidade a experiência do programa Planta Popular na cidade de Votuporanga/SP, evidencia os impactos que os 20 anos da política pública de produção de projetos de arquitetura até 70m² e acompanhamento de obras, teve sob a população que não tem moradia própria, residentes no município e que atendam os demais requisitos, e sua contribuição com a qualidade da cidade. Por este programa passaram profissionais de arquitetura e engenharia, professores, estagiários além da relação entre o poder público e a universidade, e gestores tanto da Unifev como da Prefeitura, configurando uma continuidade da política pública, que consideramos de Estado, não de uma gestão. Como metodologia consultou-se relatórios quantitativos, revisão de dados, fontes legislativas como os artigos 182 e 183 da constituição federal, a lei federal 11.888/2008 de assessoria técnica pública e leis municipais n^os 2.647/1993, 3.721/2004 e 5.647/2011 referentes a planta popular de Votuporanga. Assim como, a sistematização das entrevistas realizadas pela equipe do Programa com profissionais, professores, estagiários e atendidos pelo programa desenvolvido com o objetivo de monitoramento e avaliação dos impactos. Também artigos e livros que historicam a questão da habitação social no Brasil, o papel da autoconstrução como produtora da única da arquitetura para resolver o problema de moradia. Déficit habitacional data do final do século XIX, quando surgem as primeiras favelas. No processo verificou-se experiências de assessorias técnicas e da União Nacional de Moradia que encaminharam um Projeto de Lei para regularização das construções de moradia por autogestão. Como produto, a pesquisa evidenciou, principalmente, os impactos sociais positivos para os envolvidos, tanto beneficiados que podem vislumbrar o lar com a personalização que ansiavam, quanto para estagiários em arquitetura que experimentam o primeiro contato com a vida profissional. Além disso, constatou-se que as bases legais para a concretização de programas relacionados não apresentam consistência para execução bem-sucedida e a partir disso, a adaptação e novas soluções são exploradas de acordo com os recursos. Portanto, o estudo revelou-se ser uma das possibilidades de políticas públicas voltadas a esta demanda, com assistência técnica em projetos habitacionais, especialmente, a famílias que não atendem os critérios dos programas de habitação oficiais, e a autoconstrução é a única possibilidade viável para construir suas casas. A consolidação dessa política reforçou uma maior conexão entre a universidade, a comunidade e o poder público, e fez-se necessário consolidar o programa, e, assim, levar dignidade que já é expressa por direito para mais famílias serem beneficiadas no município e em outros municípios.

144

Palavras-chave: planta popular; autoconstrução; assistência técnica; política.

Referências:

BONDUKI, Nabil. **Origem da habitação social no Brasil**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil - 2016 - 2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.

MARICATO, Erminia. **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.

OLIVEIRA, Francisco. **A produção capitalista da casa (e da cidade)**. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.

PSICOMOTRICIDADE E A SOCIALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

AMANDA CONCEIÇÃO PELACANI
GABRIELLY DA SILVA ANUNCIACAO
ANDERSON BENÇAL INDALÉCIO

Resumo: A psicomotricidade pode ser definida como uma área do conhecimento que integra o desenvolvimento motor e psicológico da criança, favorecendo seu crescimento integral e desempenhando um papel fundamental na socialização. Nesse sentido, a psicomotricidade influencia tanto nas habilidades motoras finas quanto grossas, além de facilitar a aprendizagem, promover o equilíbrio emocional, melhorar a coordenação motora, e fortalecer a autoestima e a autoconfiança. Esses aspectos são fundamentais para a interação da criança com o mundo ao seu redor. O objetivo geral deste trabalho é analisar os conceitos teóricos relacionados à consciência corporal e ao desempenho social dos alunos/crianças por meio de atividades psicomotoras, com vistas a aprimorar sua consciência corporal e interação social. A metodologia adotada foi uma revisão da literatura, com caráter bibliográfico, visando explorar como as atividades lúdicas influenciam as habilidades motoras e favorecem uma aprendizagem significativa. Os resultados indicam que, por meio de atividades lúdicas e cooperativas, as crianças melhoram sua coordenação motora, aprendem a trabalhar em equipe, respeitam as diferenças e desenvolvem habilidades de comunicação. Observou-se que, ao integrar movimento e interação social, as crianças se tornam mais confiantes, autônomas e empáticas, o que contribui significativamente para sua formação pessoal e para a construção de vínculos afetivos e sociais. Conclui-se que a promoção de atividades que integram movimento e interação social fortalece tanto as habilidades motoras quanto as competências sociais, essenciais para a criação de vínculos e para o aprendizado. Desse modo, a psicomotricidade se revela como um caminho eficaz para a socialização, contribuindo de maneira significativa para o crescimento saudável e equilibrado das crianças.

146

Palavras-chave: psicomotricidade; consciência corporal; socialização.

Referências:

ALMEIDA, Márcia Helena Luna Falqueto de. O processo ensino/aprendizado através da educação psicomotora. **REP's - Revista Even. Pedagóg. - Formação de Professores e Desafios da Escola no Século XXI**. Sinop, v. 7, n. 2 (19. ed.), p. 498-510, jun./jul. 2016.

Disponível em:

<<https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/download/9819/6110/30416#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20psicomotora%20deve%20ser,de%20seus%20gestos%20e%20movimentos>>. Acesso em: 02 out. 2024.

COSTA, Flora S. **Psicomotricidade e o brincar**: ensino fundamental. Jundiaí: Universo Editora e Produtos Gráficos Pedagógicos, 2020. eBook. Disponível em:

<https://portal.universoeditora.com.br/wp-content/uploads/2020/12/Psicomotricidade_Fundamental_UniversoEditora.pdf>. Acesso em: 2 out. 2024.

LIMA, Carla Montanha de *et al.* Psicomotricidade na educação infantil: reflexões e considerações. **Anais V CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2018. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48813>>. Acesso em: 02 out. 2024.

SILVA, Débora Cristina Leal de Melo *et al.*. A educação infantil na perspectiva do desenvolvimento psicomotor. **Anais VIII CONEDU**. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88653>>. Acesso em: 01 out. 2024.

QUANDO A CEGONHA NÃO TRAZ: VIVÊNCIAS DE MULHERES SOBRE O ÓBITO FETAL

ALESSANDRO CALDEIRA CAVALARI
ELOÍSA VALERO MOLINA
MAITHÊ OLIVEIRA DIAS
TAIANI LANJONI FANTINI

Resumo: A morte, o luto e as perdas acometem os seres humanos em sua grande maioria, incontável, prosseguindo o ciclo natural da vida. Porém, a forma como cada sujeito irá vivenciar, corresponde às suas expectativas diante do evento, suas fantasias e a maneira como lidam com a falta, tornando assim, uma experiência complexa e dolorosa, mas única à condição humana. A partir disso, o objetivo do trabalho é investigar as maneiras que as mulheres vivenciaram o óbito fetal e lidaram com o luto e suas facetas, como a negação, a perda e a idealização. A metodologia utilizada foi a de análise de conteúdo de Bardin, pautada em um roteiro de entrevistas semiestruturado, os dados coletados, analisados sob a perspectiva da teoria psicanalítica e manuais do Ministério da Saúde. Participaram 9 mulheres na faixa de 35 a 54 anos que vivenciaram a perda fetal com idade gestacional de 3 a 38 semanas, tal escolha foi realizada para que as participantes tivessem mais que 18 anos e a perda ter sido há no mínimo 6 meses da data da entrevista, para observar a elaboração do luto e considerando ser um espaço de tempo seguro para que as participantes pudessem se expressar. A pesquisa verificou que o mecanismo de defesa de negação se faz presente como forma de enfrentamento e que a maneira como a notícia é comunicada para as mulheres influencia no processo de luto, necessitando de políticas e práticas que deem subsídio para a abordagem e suporte humanizado diante da dor. Desta forma, pode-se concluir que a morte em uma de suas faces - do óbito fetal - impacta a mulher e é rememorada em diversos aspectos de sua vida, sendo importante um olhar biopsicossociocultural, abarcando também questões sobre a feminilidade para além da mulher que gesta.

148

Palavras-chave: luto; óbito fetal; psicanálise; feminilidade.

Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

BRASIL. Lei nº 1640, de 2022. Política Nacional de Humanização do Luto Materno e Parental. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 2022.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. **Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos** (1914-1916). Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas de reprodução. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RECURSOS PÚBLICOS: A IMPORTÂNCIA DE UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS LIVRE DE ERROS NAS ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR

CAROLINA DA SILVA MELO MOÇO MATSUOMOTO
LILIAN BERALDO SANCHES RODRIGUES

Resumo: As entidades do Terceiro Setor enfrentam um grande desafio representado pela busca de sua sustentabilidade financeira. As principais fontes de financiamento para o Terceiro Setor são doação recebidas da comunidade representada por pessoas físicas e pessoas jurídicas, as vendas de produtos e serviços, a arrecadação com a realização de eventos e o recebimento de recursos públicos. Dar transparência ao uso desses recursos não é uma opção, mas obrigação para as entidades, tanto para cumprir exigências legais de prestação de contas, quanto para dar transparência às operações e atividades realizadas. A partir disso, o objetivo do artigo foi evidenciar de forma clara a importância de elaborar uma prestação de contas livre de erros para instituições do terceiro setor, demonstrando que através da prestação de contas é possível que as entidades alcancem, ao mesmo tempo, a regularidade da gestão e a transparência na utilização de recursos públicos. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica para a construção do embasamento teórico, bem como a leitura de artigos atuais pertinentes ao tema. Realizou-se também um estudo de caso de uma prestação de contas com dados divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Através do estudo, verificou-se que anualmente as entidades do Terceiro Setor recebem valores significativos do governo e que a elaboração de uma prestação de contas que com erros, pode acarretar em irregularidades em suas análises, e dependendo da irregularidade, a entidade corre risco de ter que devolver o recurso que recebeu. Diante do exposto, conclui-se que uma prestação de contas livre de erros é o alicerce da gestão de convênios, pois é através dela que a instituição evidencia a transparência, a eficiência e a responsabilidade com utilização dos recursos públicos. A aprovação da prestação de conta é a garantia de que os recursos foram utilizados de forma adequada, gerando um impacto social significativo para a instituição.

149

Palavras-chave: terceiro setor; prestação de contas, transparência, legalidade jurídica.

Referências:

COUTO, Rosimar dos Reis Bessa. A contabilidade aplicada ao terceiro setor. **Educação Sem Distância - Revista Eletrônica da Faculdade Unyleya**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2021. Disponível em: <https://educacaoemdistancia.emnuvens.com.br/esd/article/view/89>. Acesso em: 13 out. 2024.

FRANÇA, José Antônio de. **Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: CFC: profis, 2015.

GRAZZIOLI, Airton *et al.* **Manual de procedimentos para o Terceiro Setor**: aspectos de gestão e de contabilidade para entidades de interesse social. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Contas irregulares**. São Paulo, 2023. Disponível em: <http://www4.tce.sp.gov.br/contasirregulares/>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Painel do terceiro setor.** São Paulo, 2023. Disponível em:
<https://painel.tce.sp.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apublic%3ATerceiroSetor%3ATerceiroSetor.wcdf/generatedContent?userid=anony&password=zero>. Acesso em 07 de outubro de 2024.

REFORMA POLÍTICA: VOTO DISTRITALANA BEATRIZ PEREIRA DOS SANTOS
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: O Brasil vem passando por debates significativos pautados na necessidade dos eleitores de eleger parlamentares que os representam como deveriam, nesse sentido passam a surgir a possibilidade de uma reforma política. A reforma política é vista como um meio ético para resolver problemas graves, como a corrupção. A proposta mais debatida em relação a reforma política que possibilita essa aproximação dos parlamentares eleitos com os seus eleitores é converter o sistema proporcional vigente pelo sistema de voto distrital. A partir dessa proposição, o presente trabalho analisou a reforma política no Brasil e a possibilidade da implantação do sistema de voto distrital nas eleições legislativas. O sistema eleitoral brasileiro atualmente usado, que é o Sistema Proporcional, enfrenta problemas relacionados à representatividade e à proximidade entre eleitores e seus representantes no parlamento. Para reforçar a ideia do problema citado, podem-se exemplificar com as falhas do Sistema Proporcional em eleger candidatos com poucos votos, devido à quantidade expressiva recebida por outro candidato do partido, o que vai contra a vontade da população em eleger o candidato em que votou. Para tanto, adotou-se como uma pesquisa básico - qualitativa, por meio de leitura de obras coletadas de repositórios nacionais. A reforma política para a implementação do voto distrital no Brasil apresenta tanto vantagens quanto desvantagens. Na distritalização dos votos, a aproximação entre eleitores e representantes é uma característica significativamente positiva. Em contrapartida, a potencial exclusão de votos na conversão em cadeiras parlamentares levanta preocupações sobre a representatividade de minorias. Surgem também os prós e contras do Sistema Proporcional, que faz levantar a questão de que a adoção do sistema distrital misto poderia ser uma solução intermediária, trazendo com este as qualidades dos sistemas proporcional e distrital e garantindo maior compatibilidade com a estrutura constitucional vigente, fazendo com que seja facilitada a adoção de uma Reforma Política que tenha êxito. Em conclusão, a reforma política deve ser cuidadosamente analisada, considerando as especificidades do cenário eleitoral brasileiro atual e buscando um equilíbrio entre representatividade e eficácia na eleição dos representantes, trazendo assim a satisfação dos eleitores.

151

Palavras-chave: reforma política; voto distrital; sistema proporcional.

Referências:

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-1-ano-5/por-que-a-urna-eletronica-e-segura>. Acesso em: 26 maio 2024.

OLIVIERI, Antonio Carlos. Voto distrital: uma questão básica da reforma política brasileira. **Pedagogia & Comunicação**, 2020. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/cidadania/voto-distrital-uma-questao-basica-da-reforma-politica-brasileira.htm>. Acesso em: 22 abril 2024.

OLIVEIRA, Victor Hugo Antunes de. **O voto distrital como meio de fortalecimento da representatividade política do cidadão**. 2002. 41 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de

Curso) - Faculdade Facmais, Minas Gerais, 2022. Disponível em:
<http://65.108.49.104:80/xmlui/handle/123456789/663>. Acesso em: 19 abril 2024.

RODRIGUES, Wemerson Dalto. **Eleições no DF para deputado federal**: a realidade do voto Distrital como instrumento de reforma política. Brasília, 2017. 75 f. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11442>. Acesso em: 22 maio 2024.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: UMA INTERVENÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DE ESTRELA D'OESTE

HELOÍSA DURAN BRAGATTO
JANAINA CUCATO

Resumo: A regularização fundiária é essencial para promover a justiça social, o desenvolvimento urbano, inclusive sustentável e garantir os direitos de propriedade no Brasil. Historicamente, muitos brasileiros enfrentam a falta de acesso à terra e moradia digna e este instrumento da política urbana, não se limita à titulação de terras, mas também envolve infraestrutura básica, serviços públicos adequados e o reconhecimento da dignidade das comunidades. Dessa forma, como principal objetivo deste trabalho, buscou-se inserir uma área de ocupação irregular no perímetro urbano de Estrela d'Oeste/SP, para que posteriormente, possa ser tramitado o processo de regularização fundiária. Buscou-se também, abordar desafios, impactos e perspectivas da regularização fundiária no contexto brasileiro, considerando aspectos legais, sociais, econômicos e ambientais. Como metodologia, foi realizada uma série de pesquisas em literatura específica com levantamento bibliográfico, visita de campo com inventário fotográfico, além de pesquisa em diversos órgãos e repartições municipais, além de cartórios, para coleta de fontes documentais. Durante as visitas de campo, também foi realizada a aplicação de um questionário para os moradores. Até o momento os resultados obtidos através deste levantamento têm sido aplicados no desenvolvimento de uma proposta projetual física para a área, de forma alinhá-la à cidade já legalizada e com isso, torná-la passível de urbanização e também de regularização, uma vez que entende-se que a regularização fundiária é uma ferramenta essencial para promover inclusão social, reduzir desigualdades e construir cidades justas e mais belas, segundo nos coloca o estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/2001) e, orientando a inserção real da população na cidade legal. Destaca-se a relevância desses resultados, especialmente considerando que o mesmo contribui para o debate e estratégias que tornem o processo de regularização acessível aos moradores da área em questão.

153

Palavras-chave: Estrela d'Oeste; regularização fundiária; inclusão físico social.

Referências:

CUCATO, Janaina Andrea. **As disputas pelo território, o uso e ocupação do solo no espaço urbano de Votuporanga/SP** - contradições no zoneamento de interesse social (zeis), 1996-2012. 2015. 431f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos: 2015.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel. 2001.

**RESPONSABILIDADE JURÍDICA POR DISSEMINAÇÃO DE FAKE NEWS:
INVESTIGAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES LEGAIS DE INDIVÍDUOS,
PLATAFORMAS DE MÍDIA SOCIAL E OUTROS ATORES PELA DISSEMINAÇÃO
DE INFORMAÇÕES FALSAS E SUAS IMPLICAÇÕES LEGAIS.**

DAVI GARCIA SANTANA
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A responsabilidade jurídica por disseminação de fake news refere-se à obrigação legal que uma pessoa ou entidade tem de arcar com as consequências legais de compartilhar informações falsas ou enganosas, especialmente quando elas causam danos a terceiros ou prejudicam o interesse público. A partir dessa proposição, o presente trabalho teve como objetivo a investigação das responsabilidades legais de indivíduos, plataformas de mídia social e outros atores pela disseminação de informações falsas e suas implicações legais. Ele se justifica, tendo em vista que, em primeiro lugar, a disseminação de fake news pode ter impactos significativos na democracia, na confiança pública e até mesmo na segurança pública. Quando informações falsas são disseminadas, especialmente em larga escala por meio das plataformas de mídia social, pode distorcer a percepção da realidade das pessoas e influenciar suas decisões políticas e sociais e também causar danos à reputação de pessoas e organizações, bem como gerar conflitos e desinformar o público sobre questões críticas, como saúde e segurança. Portanto, entender os desafios e implicações legais na atribuição de responsabilidade pela disseminação de fake news é essencial para proteger a integridade da informação e promover um ambiente online mais seguro e confiável. Para tanto, utilizaram-se pesquisa básica e bibliográfica, que incluiu livros e artigos científicos, com o intuito de fornecer recomendações legislativas para lidar com esse problema. Ademais, procedeu-se a uma abordagem dedutiva, que permitiu uma análise sistemática e estruturada da responsabilidade jurídica pela disseminação de fake news, partindo de princípios legais estabelecidos. A metodologia proposta é predominantemente qualitativa, enfatizando a revisão da literatura para determinar a complexidade e as nuances da responsabilidade jurídica pela disseminação de fake news. Além disso, realizaram-se estudos sobre as leis existentes relacionadas à liberdade de expressão e as regulamentações da internet para averiguar a complexidade do equilíbrio entre a responsabilidade legal com o direito à liberdade de expressão. Concluiu-se que há a necessidade de legislação eficaz para lidar com a disseminação de fake news. Qualquer regulamentação deve proteger a liberdade de expressão legítima enquanto responsabiliza os agentes que deliberadamente espalham desinformação prejudicial. Além disso, as leis precisam ser flexíveis o suficiente para acompanhar a rápida evolução do cenário digital, garantindo que permaneçam relevantes e eficazes diante das novas formas de disseminação de informações falsas .

154

Palavras-chave: Fake news; informações; mídias sociais; responsabilidade jurídica.

Referências:

BALDISSERA, Wellington Antonio; FORTES, Vinícius Borges. Regulação das fake news: um dilema diante do direito à liberdade de expressão. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 18-36, 2021. DOI: 10.26843/direito e desenvolvimento.v12i1.957. Disponível em: <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/957>. Acesso em: 4 maio. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei n. 2630, de 2020. Dispõe sobre a liberdade, responsabilidade e transparência na internet. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2254485>. Acesso em: 9 set. 2024.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito penal**: parte especial. 11. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

TEIXEIRA. Virgínia Melo do Egypto. **O limite do direito penal no mundo digital à luz das fake news e da liberdade de expressão**. Disponível em: <https://repositoriounifpb.br/jspui/bitstream/123456789/11552/1/VMET15062018.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2024.

RISCO DE RETROCESSO NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES: IMPACTO DA NÃO RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 158 DA OIT PELO BRASIL

TAMIRES DOMINGUES DE ALMEIDA PRADO
VINICIUS APARECIDO DA GRAÇA SILVA

Resumo: A Convenção 158 da OIT busca proteger os trabalhadores contra demissões arbitrárias, promovendo a estabilidade no emprego e o respeito aos direitos laborais fundamentais. A partir dessa questão, o trabalho teve como objetivo analisar o potencial impacto da não ratificação da Convenção 158 da OIT pelo Brasil no cenário dos direitos dos trabalhadores e como mitigar esse risco de retrocesso. Em resumo, a não ratificação da Convenção 158 da OIT pelo Brasil representa uma ameaça aos direitos dos trabalhadores, colocando em risco sua segurança no emprego, bem estar e dignidade. A metodologia do presente projeto de pesquisa utilizou como natureza a básico-aplicada pela fusão da teoria com a prática. Quanto ao método foi dedutivo-hipotético por formular uma hipótese sobre como a ratificação da Convenção 158 da OIT pelo Brasil afetaria positivamente a vida dos trabalhadores e seus dependentes e o reflexo no âmbito nacional, sendo, portanto, uma abordagem dedutiva para formular hipóteses que são testadas empiricamente. Em relação à abordagem do problema é qualitativa, uma vez que, por se tratar de uma Convenção não ratificada, não se há muitos números e dados líquidos acerca do tema não podendo ser quantitativa. A delimitação do universo da pesquisa e planejamento da amostra se fez com base em análises doutrinárias, pesquisa bibliográfica, leitura de livros, artigos científicos, dissertações e teses, bem em pesquisa histórica, por se tratar de uma discussão polêmica que começou em 1982 com a Convenção Internacional do Trabalho que só teve um fim em 2023 com decisão do STF. Por se tratar de um trabalho majoritariamente teórico, não se enquadra em campo da periodicidade das análises. A não ratificação da Convenção 158 pode significar que os trabalhadores no Brasil não têm proteção adequada contra demissões arbitrárias por parte dos empregadores. Impacto na Segurança no Trabalho: Sem a ratificação da Convenção 158, os trabalhadores podem enfrentar maior risco de perder seus empregos sem justa causa ou sem um processo justo de demissão.

156

Palavras-chave: convenção; dispensa arbitrária; ratificação.

Referências:

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

TRINDADE, Adriano Drummond Cançado. A Convenção 158 da OIT e o Brasil. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**. Brasília. 1999. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+1%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/admin,+1%20(1).pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

SEGURANÇA URBANA EM CIDADES INTELIGENTES: INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIAS AVANÇADAS E POLÍCIAMENTO COMUNITÁRIO PARA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE

MARIANA AZANHA TEIXEIRA NUNES
RENATA LACERDA BORGES SCAMATI

Resumo: A integração de tecnologias avançadas e policiamento comunitário em Cidades Inteligentes contribuem para a segurança urbana e a redução da criminalidade. Nesse contexto, explora-se também a intersecção das ferramentas tecnológicas e estratégias de policiamento para a segurança pública urbana. A partir dessa proposição, o presente trabalho teve como objetivo averiguar a possibilidade de redução das taxas de criminalidade no sentido de evitar as desigualdades e limitações das tecnologias para a promoção das cidades inteligentes. A justificativa foi baseada na necessidade premente de abordar os desafios relacionados à segurança urbana em um contexto de rápida urbanização e avanço tecnológico. Para tanto, utilizou-se, como metodologia, uma revisão bibliográfica e doutrinária pertinente à criminologia e às cidades inteligentes, bem como utilizou-se do método de raciocínio hipotético-dedutivo e abordagem qualitativa, por meio de pesquisa de estudos de caso, para o aperfeiçoamento das tecnologias utilizadas atualmente. Concluiu-se que a implementação de um modelo de cidade inteligente, que integra tecnologias avançadas de vigilância, como análise de dados em tempo real e inteligência artificial, pode desempenhar um papel significativo na redução das taxas de criminalidade, pois permitem uma resposta mais rápida e eficaz aos incidentes criminais, facilitando a identificação e a prevenção de atividades suspeitas. Além disso, ao combinar com o policiamento comunitário, as cidades inteligentes podem criar ambientes urbanos mais seguros e justos, superando as limitações das tecnologias tradicionais e contribuindo para a segurança pública, como é o caso dos projetos Crystal Ball e Smart Sampa, que ilustram que o uso de tecnologias de reconhecimento reforçam a segurança pública, sendo aliados do policiamento comunitário.

157

Palavras-chave: cidades inteligentes; criminologia; reconhecimento facial; segurança urbana.

Referências:

ANDRADE, Leandro Teodoro. **Direito da cidade inteligente:** fundamentos jurídico-econômicos. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2023.

MARMELSTEIN, George. **Testemunhando a injustiça:** a ciência da prova testemunhal e das injustiças inconscientes. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Juspodivm, 2024.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia.** 8. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. *E-book*.

TOPAN, Renato. **Insegurança urbana:** o papel do direito urbanístico nas políticas públicas de segurança. Dissertação (Mestrado - Faculdade de Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/5470>. Acesso em 01 maio 2024.

SÍNDROME DE ESTOCOLMO EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: AS DIFICULDADES ENFRENTADAS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

KARLA RAYSSA DE VASCONCELOS
CAROL GODOI HAMPARIAM

Resumo: Para compreender os impactos da Síndrome de Estocolmo em mulheres vítimas de violência doméstica, este estudo adotou diversas abordagens que visam analisar o comportamento dessas mulheres e a eficácia das medidas jurídicas existentes. O fenômeno em questão se manifesta de maneira complexa, envolvendo tanto fatores psicológicos quanto sociais, que influenciam diretamente a capacidade das vítimas de denunciar seus agressores. O estudo teve como objetivo entender de que maneira a síndrome impactou a disposição das mulheres em relatar seus agressores e como isso afetou a implementação das leis existentes. A metodologia utilizada abrangeu uma abordagem qualitativa, integrando uma revisão bibliográfica, a análise de jurisprudência e o exame de casos específicos, com ênfase na interpretação judicial e na eficácia das medidas de proteção. Ademais, o artigo investigou métodos dedutivos e hipotéticos, avaliando a aplicação prática da legislação e ressaltando problemas como a desistência de denúncias e a violência psicológica sofrida pelas vítimas. O presente artigo constatou a necessidade de implementação de políticas públicas mais eficientes e um aumento na conscientização dos profissionais do direito sobre os efeitos da síndrome, visando assegurar uma aplicação mais precisa da lei e aprimorar a proteção das vítimas.

Palavras-chave: violência doméstica; síndrome de Estocolmo; psicológica; ordenamento jurídico; proteção às vítimas.

158

Referências:

CARVER, Joseph M. O amor e a Síndrome de Estocolmo. **Psicoterapia & Orientação Psicológica**. 2016. Disponível em: <https://superandoabuso.com/o-amor-e-a-sindrome-de-estocolmo/>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

CERQUEIRA, Daniel; MATOS, Mariana; MARTINS, Ana Paula Antunes; JUNIOR, Pinto Jony. **Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha**, Texto para Discussão, No. 2048, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília. 2015. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121603/1/81970959X.pdf>. Acesso em: 05 de agosto de 2024.

SASSI, Ana Paula Z. **Síndrome de Estocolmo e violência doméstica contra a mulher: restrição de liberdade psicológica**. Maringá: Viseu, 2021.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. 6. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012. 751 p.

TRABALHO DOS DOCENTES DE SISTEMA PÚBLICO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL I COM CRIANÇAS NEURODIVERGENTES

MARIA VITÓRIA SANTANA PENA
VITORIA DE OLIVEIRA
ALEXIA CARRERO RAMPIM
ISABELA DACAL FEIJO
RAIANE VANESSA RAFAEL DA SILVA
RENATA CRISTINA DOMINGOS

Resumo: Na realidade escolar que vemos hoje em dia, a maior questão abordada sobre a inclusão escolar de crianças neuroatípicas, se baseia no que professores e educadores têm a oferecer baseado em uma educação apropriada que supra as necessidades dos alunos, certificando, assim, o progresso e a permanência das crianças na instituição de ensino. Nesse sentido, ainda existem diversos obstáculos a serem enfrentados, os quais, adicionalmente, continuam a gerar perguntas e a demandar esforços por parte das políticas públicas, da comunidade acadêmica e da comunidade científica para que se garanta a base de uma inclusão efetiva das diferenças. A partir dessa visão, este estudo teve como objetivo investigar de maneira exploratória as principais barreiras e desafios enfrentados por professores que têm alunos neuroatípicos em situação de inclusão na escola regular. A metodologia utilizada foi o hipotético, realizando uma pesquisa qualitativa/exploratória. Para a coleta de dados foi feita uma pesquisa qualitativa onde foram entrevistados professores da rede pública municipal de uma cidade do interior visando identificar as principais barreiras e desafios do trabalho com alunos atípicos, e buscando identificar a experiência dos docentes de serviço público municipal acerca do trabalho com crianças neuroatípicas. A pesquisa verificou que a maioria dos docentes constataram que não estão satisfeitos com a assistência que recebem da rede e que não se sentem capacitados para educar crianças atípicas. Afirmam que as capacitações que a rede oferece não são práticas o suficiente para aprenderem a trabalhar com os alunos, e que não recebem apoio dos superiores quando buscam respaldo. Assim, conclui-se que existem tendências emergentes relacionadas ao trabalho dos docentes que interferem diretamente na educação das crianças típicas e atípicas, e na saúde mental dos próprios professores que não recebem assistência.

159

Palavras-chave: educação; docentes; neuroatípica; crianças.

Referências:

BRONFENBRENNER, U. **Making human beings human: bioecological perspectives on human development** (the sage program on applied developmental science). Índia: SAGE Publications, 2005.

DIEHL, Liciane; MARIN, Angela Helena. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v. 7, n. 2, p. 64-85, dez. 2016.

SANT'ANA, I. M. Educação inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicol. Estud.**, Maringá, v. 10, n. 2, ago. 2005.

<https://www.scielo.br/j/pe/a/TGkrQ6M6vvXQqwjvLmTFRGw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago 2024.

VITALIANO, Célia R. Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para inclusão de alunos com necessidades especiais. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, set. -dez. 2007, v.13, n.3, p.399-414.

TRIBUTAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS NO BRASIL

JOSÉ EDUARDO VENCESLAU RUZA
JOÃO FRANCISCO GUEDES DE MOURA

Resumo: No Brasil, criptomoedas são tratadas como bens e devem ser declaradas no Imposto de Renda. Transações com esses ativos podem gerar ganhos de capital, sujeitos à tributação. As Exchanges, nesse sentido, precisam seguir regras fiscais e a Receita Federal atualiza periodicamente as normas para acompanhar o mercado. A partir disso, a regulamentação busca assegurar a conformidade e a arrecadação adequada. Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar o desenvolvimento, no Brasil, de um sistema de tributação das criptomoedas que se utiliza o imposto de renda retido na fonte (IRRF) e analisar se ele é eficiente e acompanhar sua evolução, levando em consideração os desafios da fiscalização tributária. Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a tributação de ganho de capital em criptomoedas no Brasil é crucial devido ao crescimento do mercado de criptoativos e seu impacto na economia, sendo necessário entender as políticas fiscais para avaliar como elas influenciam investidores, empresas e a liquidez do mercado. As complexidades incluem a determinação do custo de aquisição e a aplicação das normas tributárias a transações entre criptoativos. Para tanto, foi utilizada, como metodologia, a pesquisa a básico-aplicada, pois focou-se na análise teórica das leis e sua aplicabilidade na tributação de criptomoedas. Ademais, utilizou-se o método dedutivo-hipotético para testar hipóteses legais com base em princípios tributários. A abordagem foi qualitativa, avaliando a aplicabilidade das normas tributárias. O procedimento envolveu análise hermenêutica, pesquisa doutrinária e bibliográfica, incluindo artigos científicos e teses e uma comparação da eficácia da tributação em diferentes contextos jurídicos. O estudo desses aspectos foi fundamental, no sentido de promover um ambiente regulatório que equilibre inovação financeira com segurança e transparência fiscal, avaliando a eficiência do sistema de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para criptoativos e os desafios da fiscalização, estudando a aplicabilidade das normas tributárias. Concluiu-se, nesse sentido, que a regulamentação da tributação de criptomoedas no Brasil é essencial para garantir conformidade e arrecadação eficaz, dado o crescimento rápido desse mercado.

161

Palavras-chave: Brasil; criptomoeda; IRRF; transparência fiscal.

Referências:

GAMA, Clairton Kubassewski. **Imposto de Renda:** modelo atual e perspectivas para a Reforma Tributária. Brasília: Grupo Almeida, 2023. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278841/epubcfi/6/26\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcap-03.xhtml\]!/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786556278841/epubcfi/6/26[%3Bvnd.vst.idref%3Dcap-03.xhtml]!/4). Acesso em: 23 mai. de 2024.

KENT, Pedro; BAIN, Tyler. **Mineração de criptomoedas para leigos**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. *E-book*. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555204452/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/4/2%4051:1](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555204452/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/4/2%4051:1). Acesso em: 23 mai. de 2024.

MAZZA, Alexandre. **Curso de direito tributo**. São Paulo: Saraiva jur, 2024. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620029/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]!/4/2/2%4050:77](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553620029/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4050:77). Acesso em 23 mai. de 2024.

MAZZA, Alexandre. **Manual de direito tributário**. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2023. *E-book*. Disponível em:
[https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627284/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml\]!/4/2\[cover\]/2%4050:77](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553627284/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover.xhtml]!/4/2[cover]/2%4050:77). Acesso em: 23 mai. de 2024.

VALORAÇÃO DA PALAVRA DA VÍTIMA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER.

AMANDA DE OLIVEIRA NORTE
EDSON ROBERTO BOGAS GARCIA

Resumo: A violência doméstica contra a mulher refere-se a qualquer forma de agressão física, psicológica, sexual ou econômica perpetrada por um parceiro íntimo ou membro da família, resultando em danos físicos, emocionais ou sociais. A partir disso, o presente artigo teve como objetivo verificar, nesse caso, o peso atribuído pelo sistema judicial ao depoimento da vítima, como é avaliado a credibilidade desse depoimento e como isso influencia na decisão final do caso. Ele se justifica, no sentido de verificar se apenas a declaração da mulher agredida nos casos de violência doméstica é suficiente para fundamentar uma condenação. Esse tipo de prova frequentemente desempenha um papel central em casos criminais, especialmente em crimes de natureza subjetiva, como a violência doméstica. No entanto, a confiabilidade desses testemunhos pode ser contestada. Portanto, compreender como o sistema judicial avalia e atribui peso a esta declaração é fundamental para garantir a integridade do processo e a proteção dos direitos das partes envolvida. Para tanto, utilizou-se, como metodologia, a de natureza básico-aplicada, pois foi necessário analisada a teoria do tema, bem como sua prática, por meio de jurisprudências. Ainda, o método utilizado foi o indutivo, pois foram analisados casos específicos, a fim de identificar qual o posicionamento dos tribunais sobre o tema. Quanto à abordagem, foi feita de forma qualitativa, tendo em vista que o presente trabalho busca analisar qual o posicionamento do sistema judicial acerca do tema. Com relação ao procedimento, foram utilizadas as pesquisas bibliográficas, doutrinárias, jurisprudenciais e históricas. Conclui-se, assim, que o peso atribuído pelo sistema judicial ao depoimento da vítima está intrinsecamente ligado à avaliação da veracidade dessa declaração, sendo cargo do juiz considerar a consistência, coerência e corroboração de detalhes fornecidos pelo depoente, junto às evidências tangíveis, para determinar a validade do testemunho, de modo que, ao final do processo a credibilidade percebida possa influenciar diretamente a sentença e o veredito.

163

Palavras-chave: depoimento; processo; violência de gênero; vítima.

Referências:

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. *E-book*.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/>. Acesso em: 6 mai. 2024.

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial**. 19. ed. São Paulo: Saraiva Jur. 2024. *E-book*.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553620388/>. Acesso em: 6 mai. 2024.

DUARTE, Luís Roberto Cavalieri. **Violência doméstica e familiar: processo penal psicoeducativo**. São Paulo: Almedina, 2022. **E-book**. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556276687/>. Acesso em: 6 mai. 2024.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Processual Penal**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2023. *E-book*. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646838/>. Acesso em: 6 mai. 2024.